

cante, principalmente se considerarmos que a maior parte do contingente dos chamados documentos, que é a curiosa estatística cunhada pelo INCRA, vamos verificar que se trata em sua maior parte de licenças de ocupação, as famosas LO, que todos os parlamentares da Região Norte conhecem muito bem. Um título de ocupação precária, de posse condicional, que é o primeiro passo, extremamente débil, no caminho da posse plena e da titulação definitiva de uma superfície qualquer".

Explicou então que, "por uma questão de fidelidade científica, nos eximimos de fazer uma análise da razão desses resultados frustrantes. Recorremos, então, às agências internacionais de desenvolvimento, para saber qual a explicação a respeito de dados tão modestos".

Neste ponto o depoente apresentou dois documentos da USAID sobre o problema específico do Brasil, destacando três parágrafos:

1) "Uma razão para essa falta de concretização dos objetivos da reforma consiste no choque de interesses reais entre aqueles que seriam beneficiados e aqueles que perderiam com a redistribuição de terras".

2) "Regimes conservadores frustram a reforma, apesar de instalarem numerosos diversionismos para sua efetiva implementação: uma máquina administrativa complexa que nunca é colocada em funcionamento (Brasil)".

3) "A reforma, em resumo, apenas se realiza quando se torna organizada. Organização camponesa significa ação política. Organização camponesa efetiva começa com partidos políticos atuantes".

Comentou que "esta análise, por coincidência, foi elaborada para a USAID por um grande especialista da Universidade de Harvard, o Professor Huntington, que tem sido um conselheiro do Ministério da Fazenda no Brasil e tem vindo ao nosso País, principalmente durante a gestão Delfim Neto. Ele aqui esteve várias vezes para assessorar o Governo brasileiro em problemas de alta política econômica. Por coincidência, foi ele o substituto de Kissinger na sua cátedra na Universidade de Harvard. Então, uma pessoa com este gabarito, com esta insuspeição e com este conhecimento do nosso País, escreve esta frase: que a reforma apenas se realiza quando se torna organizada. E que precisa haver organização camponesa e ação política. E a organização efetiva camponesa deve começar nos partidos".

Prosseguir então afirmando que, "dentro desse marco fundiário, que é o que interessa efetivamente a esta CPI, anotamos alguns pontos de interesse mais atual. O primeiro deles: infelizmente está aumentando no nosso País aqui lo que um grande "brazilianist", Lynn Smith, chamou de "a faixa do desespero", que é a dimensão no tempo e no espaço, onde se abriga toda uma população marginal de uma sociedade. Lynn Smith, que é o famoso "Brazilianist" autor de "Brasil, Povo e Instituições", voltando a tratar do caso brasileiro, principalmente do problema fundiário, notou, em 73, que essa faixa vinha aumentando em nosso País, infelizmente. Ele identificou alguns novos personagens do que ele chama "o processo espoliativo". Esses novos personagens que passaram a ser incluídos no processo espoliativo foram: o possessor, que foi objeto de uma série de pronunciamentos nesta CPI; o pequeno proprietário; e mais recentemente, também, o indígena, que passaram a ser incluídos na faixa do desespero. Mais recentemente, ainda, depois que Lynn Smith escreveu esse trabalho, esta faixa do desespero foi mais alargada com a inclusão de mais dois personagens: o bôia-fria, que é o trabalhador rural itinerante, cujo número está aumentando assustadoramente em todo o Centro-Sul, e um personagem que acabou de ser lançado na região de Ribeirão Preto: o "quima-lata", trabalhador rural que não tem condições sequer de se fixar na periferia das cidades. É o itinerante que se abriga com a família em baixo das árvores e trabalha numa localidade qualquer, mas não se fixa sequer nas favelas das cidades. Esse personagem foi recentemente descrito e é a mais recente inclusão nessa faixa de desespero de que fala Lynn Smith. Um outro fato ligado ao sistema fundiário da atual realidade brasileira é o aumento do número de conflitos pela posse da terra (...). Os conflitos pela posse da terra no Brasil quase sempre envol-

vem vítimas fatais. Quer dizer, a faixa de desespero e o clima de desespero chegam a um grau de tensão tal, que, quando o conflito é desencadeado, a vítima atira para valer. É por isso que o número de mortos é muito maior que o de feridos.

Com relação à Igreja Católica, disse que essa posição parece motivada pela falta de uma outra instituição em defesa do sem-terra. O sindicato, extremamente ligado ao aparelho do Estado, não é o elemento para defender o homem sem terra. O suporte oficial praticamente não existe em benefício do sem-terra. A organização encarregada de fazer a reforma agrária, como se sabe, está dedicando os seus recursos a outras linhas de trabalho. Então, a Igreja é que se colocou na posição de defesa do sem-terra. Talvez por isso é que tenha aparecido nesta CPI um número tão grande de padres e bispos. Um outro fato marcante da atual situação do problema fundiário brasileiro é o clamor do intelectual. Esse clamor do intelectual é manifestado por uma série de situações que nós discutimos aqui e que eu passarei muito rapidamente. O primeiro clamor do intelectual foi o livro que o ex-Ministro Severo Gomes publicou depois que deixou o Governo: "Tempo de Mudar". Severo Gomes, neste livro, tal como aconteceu com Cirne Lima, que deixou o Governo Médici numa atitude de rebeldia contra os aspectos e a concentração da renda de poder político, de certo modo desabafa nesse trabalho o seu inconformismo, principalmente com a excessiva autonomia da chamada "empresa", que na agricultura é uma entidade abstrata, que os atuais administradores lamentavelmente confundem com a grande propriedade. A gente nota claramente nas análises uma obsessão por essa entidade abstrata, que foi batizada de "empresa", que na agricultura não se sabe bem o que pode ser. Mas diz o ex-Ministro Severo Gomes nesse livro: "A racionalidade da empresa — mais precisamente das multinacionais — é clara e linear. Ela só tem um objetivo claro: a realização de lucros. Já as razões das nações devem envolver o processo de vida social: aspirações, valores, conflitos. São, por isso mesmo, complexas e muitas vezes ambíguas. É por isso que os interesses da empresa não se harmonizam automaticamente com os da sociedade e se espera sempre do Estado que estabeleça as regras de compatibilização". Então, é um grande empresário, um grande capitão de indústria de São Paulo, um grande senhor de terras que escreve num livro recente esse inconformismo com a empresa, e mostra o conflito entre o interesse da empresa e o da Nação. A chamada agricultura empresarial é a tônica dos atuais governos. Em torno dela, decorre o discurso do Ministro Paulinelli. E também em torno da empresa foi o recente pronunciamento do recém-empossado Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo. O que é, porém, a empresa rural? É o imóvel de que fala o Art. 49 da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra -. É a pessoa jurídica na agricultura, ou é simplesmente a grande unidade fundiária que aparece implícita no pensamento oficial? Essa grande unidade está absorvendo todo o crédito, está recebendo os incentivos fiscais, está desfrutando dos benefícios, da maior disponibilidade dos recursos que muitos economistas, lamentavelmente, confundem com eficiência econômica. E qual é a contribuição dessa grande unidade territorial para a prosperidade do Brasil? Os dados do próprio Governo opõem-se completamente a esse favoritismo.

Outro dado a que as advertências de Severo Gomes nos levaram: os latifundistas residentes no Estado de São Paulo, além de possuírem 98% das terras cadastradas no próprio Estado de São Paulo, detêm 54,8 milhões de hectares fora de suas fronteiras, o que significa duas a três vezes a área de terras que controlam no próprio Estado de São Paulo. Eu queria simplesmente lembrar que me estou reportando às advertências da concentração da renda e do poder econômico contidas no livro de um grande empresário, de um grande capitão de indústria, de um grande proprietário rural que é o ex-Ministro Severo Gomes. Tentando analisar suas advertências e colocá-las no marco fundiário, que é o que interessa a esta CPI, encontramos coisas contundentes como esta: no Estado mais rico da Federação, cujos residentes têm a maior taxa de propriedade dentro do próprio Estado, eles ainda têm quase 55 milhões de hectares fora das fronteiras do Estado. Isso é